

A culpa atribuída ao presidente do Congresso, senador Moacyr Dalla, pelas 1.554 contratações sem concurso efetuadas no final do ano passado, deve ser dividida com o PMDB, na figura do senador Henrique Santillo. A acusação foi feita ontem pelo deputado Renato Cordeiro (PDS-SP). Segundo Cordeiro, ao senador Santillo, como primeiro-secretário do Senado, cabe a parte administrativa daquela Casa. Por isso mesmo tem responsabilidade direta nesse caso. E, por via indireta, o próprio PMDB.

"TREM DA ALEGRIA": O PMDB ESTÁ ENVOLVIDO?

Senado

Enquanto isso, a OAB e o PMDB encaminhavam duas moções — uma a Dalla e outra a Santillo — pedindo o aproveitamento integral das 131 pessoas aprovadas em concurso para assessor parlamentar, das quais apenas 75 foram convocadas recentemente. Nos ofícios, o presidente do PMDB-DF, Pompeo de Souza, defende a contratação de todos os aprovados, garantindo "a moralidade com que se revestiu este concurso".

E foi um dos primeiros concursos realizados no Legislativo nos últimos 20 anos — um processo, segundo Pompeo de Souza, que "não deixou dúvidas quanto à competência dos aprovados". Por isso, ele acha que se impõe o aproveitamento de todos, "principalmente no momento em que vem a público a tumultuada polêmica da contratação de 1.554 pessoas".

Mais de três mil candidatos se inscreveram no concurso; os aprovados mal ultrapassaram os 4%. Na época da contratação, no entanto, 300 outras pessoas que nem se inscreveram — como jornalistas, colunistas sociais, filhos e mulheres de parlamentares — eram nomeadas sem concurso para a gráfica do Senado. Outras 1.200 nomeações foram efetivadas. Assim, a lista dos aprovados, divulgada na semana passada, frustrou a expectativa dos concursados que, mesmo aprovados, ficaram de fora.

O presidente da OAB-DF, Maurício Corrêa, pôs a entidade à disposição dos concursados não aproveitados, que poderão recorrer através de processos judiciais. Muitos deles já estão preparando toda a documentação necessária para entrar na Justiça.

Há, porém, quem tenha argumentos para defender os atos de nomeações atribuídas a Dalla: o consultor jurídico do Senado, Alberto Vasconcellos. Ontem, ele adiantou que entrará perante o juiz federal de Brasília com pedido de reconsideração da medida liminar concedida pelo juiz da 2ª Vara, que sustou as 1.554 contratações.

Vasconcellos afirma que a petição inicial oferecida pelos advogados Pedro Mendes e Jones Santos "baseiam-se apenas em notícias veiculadas pela imprensa. Os advogados contestam e garantem que Vasconcellos tem uma razão muito forte para insistir na manutenção das contratações: seu próprio filho, recém-formado, teria sido admitido no "trem da alegria", "e com um salário exorbitante".

A revolta entre os servidores do Senado tem reflexos na Câmara, onde são apontados os contemplados escolhidos a dedo por um determinado grupo que se encarrega de distribuir empregos públicos. Os que reclamam chegam a estimar que entre 479 gabinetes de deputados estaduais pelo menos 90% dos cargos de assistente de gabinete são ocupados por mulheres de parlamentares. Uma estatística difícil de ser comprovada, já que tais informações são guardadas como verdadeiros segredos de Estado.

Mas consta que, recentemente, 70 funcionários passaram para a condição de estatutários (não regidos pela CLT) na função de assistente legislativo, sem que nada fosse publicado a respeito. Essas nomeações foram feitas a 20 de dezembro, mas nada consta nas portarias de boletim administrativo. Estranhamente, porém, há um desordenamento nos números das portarias assinadas no período: de 114/84 eles pulam para 603/84. Há quem desconfie que, entre uma portaria e outra, existiriam favorecimentos pessoais a serem oficializados "no momento oportuno".